



O CAPITAL FINANCEIRO E O COMBATE ÀS AÇÕES CLIMÁTICAS: A COEXISTÊNCIA NECESSÁRIA

Financial capital and the fight against climate action: the necessary coexistence

Eduardo L de Camargo Bisneto

Membro do grupo “Núcleo de Estudo de Futuro”, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

E-mail: eduardoldecamargo@gmail.com

RESUMO

O mundo passa por constantes transformações e, conseqüentemente, evoluções melhorando o bem-estar social. Mas, para que essas evoluções continuem ocorrendo é necessário parar um pouco e entender o processo. Reflexões como: Recursos naturais são finitos, será que o consumo de hoje não influencia o consumo futuro? Será que não as ações de hoje não vou impactar as gerações futuras? A forma que consumimos hoje é sustentável a médio longo prazo? Essas são algumas perguntas as quais já temos a resposta. Não, se continuarmos consumindo e tratando o meio ambiente da forma que tratamos nós não vamos ter mais recursos e o impacto para as gerações futuras será severo. A discussão citada acima não é nova, dessa maneira, vê-se a discussão desde século 19 com Thomas Malthus e Marques de Condorcet que permanece até hoje nas pautas dos principais governantes, chefes de Estado e instituições internacionais. O presente artigo apresenta uma contextualização da discussão sobre recursos naturais e as implicações para as gerações futuras assim como, apresenta o que tem se tem de mais recente nas discussões governamentais, trazendo de forma clara e objetiva a responsabilidade para os Governos de Estado, sem eximir o capital financeiro da responsabilidade de peça fundamental para o combate as ações climáticas.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Ações Climáticas, Capital Financeiro, COP 26.

ACEITO EM: 25/10/2022

PUBLICADO: 28/10/2022



FINANCIAL CAPITAL AND THE FIGHT AGAINST CLIMATE ACTION: THE NECESSARY COEXISTENCE

O capital financeiro e o combate às ações climáticas: a coexistência necessária

Eduardo L de Camargo Bisneto

Membro do grupo “Núcleo de Estudo de Futuro”, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

E-mail: eduardoldecamargo@gmail.com

ABSTRACT

The world goes through constant transformations and, consequently, evolutions improving social well-being. But for these evolutions to continue, it is necessary to stop a little and understand the process. Reflections such as: Natural resources are finite, does today's consumption not influence future consumption? Will the actions of today not impact future generations? Is the way we consume today sustainable in the medium to long term? These are some of the questions that we already have the answer to. No, if we continue to consume and treat the environment the way we do, we will not have more resources and the impact on future generations will be severe. The discussion mentioned above is not new, in this way, we can see the discussion since the 19th century with Thomas Malthus and Marques de Condorcet that remains to this day on the agenda of the main rulers, heads of state and international institutions. This article presents a contextualization of the discussion about natural resources and the implications for future generations, as well as presents the most recent in governmental discussions, clearly and objectively bringing the responsibility to State Governments, without exempting the financial capital of the responsibility of fundamental piece for the fight against the climatic actions.

Keywords: Sustainability, Climate Actions, Financial Capital, COP 26.

INTRODUÇÃO

Em 1798 Thomas R. Malthus, escreveu o "Ensaio sobre a população" e seus efeitos sobre o aperfeiçoamento futuro da sociedade com contrapontos às teorias já existentes, como a do Marquês de Condorcet, 1794.

Em "Esboço de um quadro histórico dos processos do espírito humano", 1794, Marques de Condorcet apresenta uma leitura otimista do futuro da humanidade, apresentando argumentos iluministas para justificar que a racionalidade venceria o preconceito e o fatalismo. Condorcet afirmava que a natureza o mundo social pode ser transformado através de ações racionais, visando construir um futuro mais justo, feliz e rico.

As afirmações do Marquês em relação ao futuro sustentável da humanidade eram baseadas em três pilares, a) destruição da desigualdade entre as nações; b) progressos da igualdade em um mesmo povo; c) aperfeiçoamento real do ser humano (Condorcet p.176, apud Alves, 2002). Dessa forma o autor condena o regime mercantilista, o monopólio do comércio internacional, a escravidão o colonialismo e o tráfico negroiro.

“pode-se instruir a massa inteira de um povo com tudo aquilo que cada homem precisa saber para a economia doméstica, para a administração de seus negócios, para o livre desenvolvimento de sua indústria e de suas faculdades; para conhecer seus direitos e exercê-los; para ser instruído sobre seus deveres, para poder cumpri-los bem; para julgar suas ações e aquelas dos outros segundo suas próprias luzes, e não ser alheio a nenhum dos sentimentos elevados ou delicados que honram a natureza humana”(Alves, 2002, p 184)

Thomas Malthus, 1798, no entanto, apresenta um olhar um pouco mais pessimista. O autor possuía como premissa dois argumentos, a) O alimento é necessário para a existência do homem e b) A paixão entre os sexos é necessária e permanecerá aproximadamente em seu estado atual. Malthus relaciona os dois enunciados para demonstrar uma de suas maiores contribuições no assunto. A população quando não controlada cresce numa progressão geométrica e os meios de subsistência em uma progressão aritmética. (T. Malthus p.281 e 283, apud Alves, 2002).

Desta maneira, nota-se que os assuntos como sustentabilidade e uma sociedade mais feliz vem sendo discutido a mais de um século. Discussões em níveis governamentais vem sendo discutidas desde 1972 com a assembleia geral da ONU, sediada em Estocolmo. Apesar de as autoridades globais, como ONU e OCDE convergirem opiniões de que os Governos deveriam exercer papel central na temática, existe um importante chamado à participação do setor privado sobre o assunto, forte influência que surgiu através do “The Global Compact”.¹

1 MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Existe um ciclo natural de equilíbrio terrestre que permite uma variação de temperatura, chamada de normal. No entanto, é bem sabido que desde 1800 as ações humanas funcionam como acelerador das mudanças climáticas, principalmente pelo enorme consumo de combustíveis fósseis.

A queima de combustíveis fósseis geram gases de efeito estufa - principalmente metano e dióxido de carbono (Co₂) - que funcionam como um “cobertor” entre a terra e atmosfera evitando que o calor solar se dissipe, aumentando a temperatura terrestre. De acordo com o Our World In data, o nível anual de produção de gases de efeito estufa atingiu seu mais alto patamar em 2019, com uma produção de aproximadamente 36.70 bilhões (Gráfico 1) de toneladas de carbono durante o ano.

¹ <https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc>

Gráfico 1

Annual CO₂ emissions

Carbon dioxide (CO₂) emissions from the burning of fossil fuels for energy and cement production. Land use change is not included.



Source: Global Carbon Project

OurWorldInData.org/co2-and-other-greenhouse-gas-emissions/ • CC BY

Note: CO₂ emissions are measured on a production basis, meaning they do not adjust for emissions embedded in traded goods.

De acordo com o Carbon Brief UNEP, Emissões precisam diminuir 5% ao ano para assegurar um aumento de temperatura mais baixo que de 2°C até 2100, meta proposta durante a Cop. 21, também conhecida pelo Acordo de Paris em 2015. Vale ser lembrado que metas de produção de gases de efeito estufa já havia sido discutidas em durante o Protocolo de Quioto (1997) e então assinadas em 2005.

Muito se discute sobre o aquecimento global e como combater as mudanças climáticas, no entanto, antes de prosseguir com as discussões mais recentes vale ressaltar que é um problema global, sendo responsabilidade de todas as partes, Governos ou o setor privado não vão conseguir resolver sozinhos esse problema. Exigindo assim um esforço conjunto de todas as partes. Sendo assim, um dos temas principais da última Conferência das Partes (Cop. 26)² em Glasgow, Reino Unido.

2 A COP 26

A Cop. 26 faz parte de uma série de conferências, que ocorre a três décadas, conhecida como a Conferência das Partes (do inglês: Conference of the Parties), tempo suficiente para a temática, mudanças climáticas, sair de uma pauta importante para uewma prioridade global.

A Cop 26 se destacou por dois principais motivos, o primeiro deles, foi o quase unanime aceite do chamado de urgência para que ações sejam tomadas. Em outras palavras, essa foi a conferência para se apresentar os últimos planos, mas, mais do que isso, para partir para ação, pois só assim vamos conseguir atingir as metas propostas.

O segundo motivo pelo qual a Cop26 chamou atenção foi pelo fato de trazer pautas de problemas reais, como a importância do capital financeiro para o combate das ações climáticas. Tema de suma importância que ganhou um dia específico de debates durante os dias da conferência.

² <https://ukcop26.org/>

2.1 Prioridades para as finanças públicas e as ações climáticas

De acordo com o documento apresentado pela comissão diretoria da Cop26, a escala e a velocidade de transição exigirá todas as formas de financiamento: públicas, privadas, doméstica e internacional. O documento reitera a importância de os países desenvolvidos investirem e ajudarem os países em desenvolvimento no que diz respeito a mitigação e adaptação climática. As finanças públicas desempenham um papel crucial para na sustentação do risco mas, não consegue financiar sozinha toda estruturação necessária, precisando assim do investimento privado. No Artigo 2.1.c do Acordo de Paris, as partes se comprometeram gerar um fluxo consistente para ajudar na redução dos gases de efeito estufa e no desenvolvimento resiliente ao clima; essas ações deveriam catalisar trilhões de dólares em investimento, mas, o que se notou é que o sistema financeiro global necessita de uma mudança estrutural para suportar todas tais mudanças.

Ainda na introdução, o documento, ressalta que todas as decisões de investimentos devem levar em consideração os impactos econômicos, ambientais e sociais. Por esses e outros argumentos o Acordo de Paris teve um compromisso assinado, mas não executado, de que países desenvolvidos em parceria com setores privados (ex: financiamento privado por meio de intervenções públicas) iriam investir 100 bilhões de dólares em países em desenvolvimento até 2020, no entanto o que se observou foi um valor de 78.9 bilhões em 2018. Ao que tudo indica, a pandemia da COVID-19 causou forte impacto nesses investimentos. Entretanto, os valores de 2019 e 2020 somente serão lançados em 2022 e, especialistas acreditam ser difícil atingir a meta proposta.

Sabe-se da importância do financiamento público, mas o que tem sido feito, ou melhor, prometido? O Primeiro-Ministro do Reino Unido se comprometeu em dobrar o financiamento público internacional para mudanças climáticas para 11.6 bilhões de libras esterlinhas entre os anos de 2021 e 2025. Outros países também indicaram que irão se comprometer com o futuro das ações climáticas revendo seus fluxos de investimento visando à importância do tema.

Houve um chamado especial para os bancos de desenvolvimento públicos e instituições financeiras incluindo instituições como papel central na entrega e na ampliação do financiamento climático. Esse chamado foi direcionado para MDBs (Multilateral Development Banks) e seu acionistas cobrando um plano de ação específico com metodologia, metas e implementação que serão cobradas e utilizadas em reuniões posteriores. O Objetivo principal é iniciar uma mudança estrutural interna para que os países possam desenvolver e financiar ações de baixo carbono e planos de transição resilientes. A apelação ao financiamento público não acaba aqui. Foi feito um pedido diretamente para os bancos públicos de desenvolvimento (Incluindo DFI's)³, que somadas formaram 347 assinaturas se comprometendo com a divulgação do cronograma e planos de ação alinhados ao Acordo de Paris.

Por fim, houve menção direta para aos fundos multilaterais climáticos, The Green Climate Fund, Global Environment Facility and Adaptation Fund, Climate Investment Funds e Global Infrastructure Facility, como elementos chave a nova arquitetura do novo sistema financeiro de financiamento climático.

2.2 Sistema de financiamento privado para o “net zero” da emissão de carbono

Assim como no documento voltado para finanças públicas, o documento para investimento privado veio com metas e compromissos diretos e mensuráveis. Utilizaram como base o controle da temperatura global em 2°C, proposto pelo Acordo de Paris e, identificando a urgência de uma transição do sistema econômico global. Em outras palavras, a partir desse momento é necessário o engajamento de todos os setores da economia, bancos, investidores, indústrias, seguradoras etc. terão que adaptar a maneira de fazer negócios. Como ação imediata, 125 países, incluindo a cúpula do G 20 se comprometeram com o “net zero”⁴ de carbono até 2050.

O financiamento do setor privado, além de garantir uma transição mais tranquila é de suma importância para acelerar o processo. A transição para “net zero” irá afetar como o risco de um investimento é mensurado e como os ativos estão sendo gerenciados. O Reino Unido está em busca de montar uma estrutura efetiva para que

³ Development Financial Institutions

⁴ Net zero significa que todo carbono produzido será compensado de alguma forma, geralmente por meio de créditos de carbono.
<https://eciu.net/netzerotracker>

o capital financeiro seja alocado da forma mais eficiente possível nos pilares de riscos e oportunidades de melhoria climáticas.

Com o reconhecimento do combate às ações climáticas transpassam a esfera física, surge uma demanda de um compromisso público dos fundos de investimento, reguladores e consumidores para que haja transparência e compromisso com as informações de como as empresas estão gerenciando os riscos climáticos. Com essa demanda eminente os compromissos vistos na COP26 foram:

Bancos, seguradoras, fundos de pensão e investidores com balanços patrimoniais de \$ 139 trilhões estão exigindo alinhado com TCF5 divulgação do clima das empresas. Os investidores reconhecem cada vez mais que “Risco climático é risco de investimento, visando obter mais informações sobre o plano de cada empresa para gerenciar esses riscos”.⁵ Bancos centrais cobrindo 60% do mercado global emissões de carbono agora são membros do NGFS, um grupo dedicado a melhorar a gestão do risco climático no setor financeiro, e 13 bancos centrais estão no processo de teste de estresse de seus sistemas financeiros para avaliar indivíduos e resiliência coletiva aos riscos climáticos.

Climate Action 100+⁶, um grupo de mais 500 investidores institucionais controlando mais de \$ 47 trilhões em ativos, estão exigindo que as 161 empresas mais emissoras do mundo (representando 80% das emissões industriais) publiquem suas estratégias para reduzir as emissões em 45% até 2030 e para atingir o “net zero” em 2050. Eles também apelaram a essas empresas para publicar metas de médio prazo e divulgações em linha com um novo benchmark para mostrar o progresso, com possíveis ações ameaçadoras caso não haja progresso suficiente nos próximos 12 meses

Em uma carta aberta, seis das maiores alianças de investidores, representando ativos vale mais de \$ 103 trilhões chamados em empresas e auditores para refletir totalmente os efeitos das mudanças climáticas em seus resultados declarados e garantir quaisquer suposições feitas durante a preparação demonstrações financeiras são compatíveis com o Acordo de Paris.⁷

Os conselhos estão cada vez mais sob pressão de se tornarem transparentes para com seus investidores, clientes e colegas sobre o impacto das ações climáticas. O número de resoluções relacionadas ao clima apresentadas por investidores dobrou desde 2011. A porcentagem o voto a favor triplicou mesmo períodos.

Uma pesquisa recente descobriu que 70% dos os poupadores querem que seus investimentos considerem os impactos nas pessoas e planeta ao lado do desempenho financeiro⁹. A campanha Make My Money Matter está oferecendo a opção às pessoas um meio de pedir a seus investidores que invistam de acordo com as linhas do ideológico e prática do “net zero”. E 9 em cada 10 milênios acreditam o sucesso de um negócio deve ser medido por mais do que seu fundo linha¹⁰.

Em suma, O “Finance Day” da Cop26 levantou um importante questionamento que há muito já se sabe, mas que é pouco falado. A importância do capital financeiro para o combate das ações climáticas e para deixar isso ainda mais claro, no documento original foi divulgado um quadro (quadro 1) com as metas e plano de ação que se esperam do setor privado.

⁵ Lista completa com signatários: <https://www.fsb-tcfd.org/supporters/>

⁶ <https://www.climateaction100.org/about/>

⁷ <https://www.iigcc.org/news/investor-groups-call-on-companies-to-reflect-climate-related-risks-in-financial-reporting/>

⁸ <https://www.ft.com/content/f506bc6a-774a-4740-962c-813a82354231?desktop=true&segmentId=7c8f09b9-9b61-4fbb-9430-9208a9e233c8#myft:notification:daily-email:content>

⁹ <https://www.gov.uk/government/publications/investing-in-a-better-world-results-of-uk-survey-on-financing-the-sdgs>

¹⁰ <https://hbr.org/2014/10/impact-investing-needs-millennials>

Quadro 1

COP 26 PRIVATE FINANCE WORK: DESIRED DELIVERABLES AND CALLS TO ACTION FOR THE FINANCIAL SECTOR

	REPORTING	RISK MANAGEMENT	RETURNS	MOBILISATION
Goal	<ul style="list-style-type: none"> Improve the quality and quantity of climate-related financial disclosures. Promote alignment of disclosure globally around TCFD framework. Establish pathways to mandatory disclosure. 	<ul style="list-style-type: none"> Assess the resilience of companies and financial sector to climate risks. Ensure financial sector develops tools and products to manage climate-related financial risks. 	<p>Ensure financial institutions have the frameworks to:</p> <ul style="list-style-type: none"> Assess the credibility of net zero transition plans. Measure alignment of their portfolios with the transition to net zero. Make their own commitments to net zero. 	<p>Increase private financial flows to emerging and developing economies to finance the transition to net zero by:</p> <ul style="list-style-type: none"> Developing pipeline of investable projects. Aligning development bank funding with climate goals. Encouraging new market structures and products.
Deliverables	<p>Publish stocktake of compliance with TCFD recommendation, best practice examples, and refined TCFD recommendations around scenario analysis.</p> <p>Action: TCFD</p>	<p>Conduct climate stress tests of banks and insurers and issue guidance to financial firms on climate risk management.</p> <p>Action: central banks; supervisors</p>	<p>Review approaches and establish best practice/standards for financial institutions to assess the credibility of companies' transition plans to net zero.</p> <p>Action: banks; asset managers; asset owners; academic and NGO communities</p>	<p>Develop a pipeline of investable projects by connecting available capital to projects that meet pre-defined investment principles, such as the CFLI's investment readiness guidelines.</p> <p>Action: private sector investor coalitions; countries</p>
	<p>Issue guidance for financial firms and corporates on climate-related reporting and implementing the TCFD recommendations.</p> <p>Action: central banks; regulators; governments</p>	<p>Embed use of scenario analysis in the financial sector using the NGFS reference scenarios.</p> <p>Action: central banks; supervisors; financial firms; credit rating agencies</p>	<p>Review approaches and create a framework for measuring the alignment of investment portfolios with climate targets.</p> <p>Action: investors; asset managers; portfolio alignment analysis providers</p>	<p>Close the protection gap and improve resilience in climate-vulnerable countries.</p> <p>Action: insurance sector</p>
	<p>Develop TCFD-compliant listing guidance.</p> <p>Action: stock exchanges and standard setters</p>	<p>Promote scenario analysis in the real economy through development of sector-specific scenarios and guidance.</p> <p>Action: companies</p>	<p>Develop consumer-friendly metrics that reflect investment alignment with net zero.</p> <p>Action: conduct regulators; investors</p>	<p>Development banks to align investment with climate goals and report alignment of their own lending portfolio; facilitate access to markets, de-risk investment and provide technical assistance.</p> <p>Action: MDBs; NDBs; RDBs; DFIs; countries</p>
	<p>Publish pathways to making climate-related financial reporting, based on TCFD recommendations, mandatory.</p> <p>Action: countries</p>	<p>Capture climate risks in central bank mandates, including in monetary policy, financial stability and market operations where applicable. Central banks in turn to disclose in line with TCFD, including on alignment of their investment portfolios.</p> <p>Action: finance ministries; central banks</p>	<p>Commit to align portfolios and lending with net zero, disclose accordingly, and publish credible transition plans.</p> <p>Action: banks; asset managers; asset owners</p>	<p>Encourage the development of the infrastructure for scaling up high-quality voluntary carbon markets.</p> <p>Action: financial market infrastructure providers; banks; companies</p>
	<p>Establish pathways to globally consistent mandatory reporting.</p> <p>Action: international standard setters</p>	<p>Establish centre(s) of excellence for central banks and supervisors to share knowledge and build capacity around climate risk measurement and practices.</p> <p>Action: NGFS; central banks; supervisors</p>	<p>Incorporate data that helps measure transition-readiness of firms and portfolio alignment of investors into list of recommended disclosures.</p> <p>Action: TCFD; standard setters; countries</p>	
	<p>Climate-related risks and assumptions to be considered during assurance of company reports and accounts.</p> <p>Action: auditors</p>	<p>Integrate climate risks into IMF FSAPs and Article IV reviews.</p> <p>Action: IMF</p>		
	<p>Commit to voluntary TCFD disclosures.</p> <p>Action: companies</p>	<p>International standards to review approach to climate risk measurement and management.</p> <p>Action: FSB, BCBS, IAIS</p>		
		<p>Develop the insurance products needed to de-risk the transition and improve physical risk modelling to increase coverage.</p> <p>Action: insurance sector</p>		

2.3 Nova perspectiva

Além dos compromissos e a chamada para ações imediatas, importantes alianças surgiram durante a conferência. Como é o caso da GFanz (Glasgow Financial Alliance for Net Zero). A GFANZ foi uma iniciativa do Mark Carney, enviado especial da ONU para Ações Climáticas e Finanças e consultor financeiro do atual Primeiro-Ministro do Reino Unido, junto com o Centro de Financiamento Privado da cop26 e em parceria com a UNCFCC.¹¹ O grupo é composto por 450 empresas do setor financeiro de 45 países e gerenciam ativos no valor de 130 Trilhões de dólares. O compromisso do GFANZ de se comprometer com 35% do valor total dos seus ativos para alcançar a descarbonização até 2050.

Nota-se que o Reino Unido está querendo se transformar no benchmark quanto a temática do investimento do setor financeiro para mudanças climáticas. No entanto, os Estados Unidos da América (EUA), fez um importante comunicado durante a conferência. Em comunicado oficial, o atual presidente Joe Biden, anunciou o compromisso do país em não fazer mais aportes de investimentos em combustíveis fósseis a partir do final do próximo ano, 2022. O compromisso foi visto de uma maneira positiva e, caso seja cumprido, pode retirar bilhões de dólares do setor, principalmente gás natural e carvão e redistribuir para o setor energético com baixa ou nula emissão de carbono, como solar ou eólica. Entretanto, mesmo com esse anúncio dos EUA, países como Japão, China e Coreia do Sul não se posicionaram e podem continuar investindo em infraestrutura para petróleo, gás natural e afins.

¹¹ <https://unfccc.int/>

Para corroborar com o que foi dito na COP 26, em um evento do chamado Finance at Countdown a Christine Lagarde, Presidente do Banco Central Europeu (European Central Bank – ECB) aponta três simples maneiras as quais o capital financeiro pode ajudar de forma efetiva e rápida no combate às ações climáticas. São elas: (i) Informação, ou seja, utilizar a quantidade significativa de dados gerados e analisados pelo mercado como um todo para que informações de qualidade possam incentivar tomadas de decisões, inclusive contra o combate da “greenwashing”. (ii) Inovação, uma vez que se tem a informação de qualidade, é possível direcionar e melhorar as condições de crédito assim, podendo focar em um setor ou segmento verde. Um exemplo concreto é que com o avanço de informação e tecnologia fontes de energia renováveis já produzem mais energia que o carvão mineral, em uma escala global.¹² (iii) Adaptação, nesse ponto, Christine aborda a questão de riscos físicos, em outras palavras, a presidente do BCE chama a atenção para catástrofes climáticas as quais não são cobertas por seguros e, por consequência demoram muito mais para se recuperar de um eventual desastre. Nesse item, ela afirma que uma força tarefa entre bancos e companhias de seguro são muito bem-vindas.

CONCLUSÃO

Como foi apresentado, não existe apenas um responsável por combater as mudanças climáticas. Não se pode depender exclusivamente dos Governos, seja a nível local ou global, e nem depositar toda a responsabilidade no setor privado, principalmente esperando que o capital financeiro faça com que a mudança ocorra por conta própria. Seria insensato se basear na teoria da “mão invisível” de Adam Smith (1759) nesse momento. Talvez exista até uma chance de a teoria encontrar a prática, mas o tempo urge e a necessidade de mudança é para o agora.

O que esperar dos governantes e dos governos para o combate às ações climáticas? De acordo com o Climate Finance Access Network (CFAN),¹³ e ainda existe um imenso caminho para sair do mundo das promessas e começar a entregar o prometido. Dentro de uma de suas sessões do programa RMI o embaixador das ilhas Fiji indagou que o problema não é a quantidade de capital disponível e sim o desenho de acesso a esse capital, assim dificultando ou inviabilizando o acesso das nações mais necessitadas. Mostrando assim a importância de uma mudança sistêmica necessária para que as promessas não encontrem empecilhos sistêmicos para que sejam executadas e assim atinjam seus objetivos.

No que tange o setor privado, especificamente o setor financeiro. Pode-se esperar mais transparência, incluindo as metas de curto prazo, assim permitindo que suas decisões sejam quantificadas e avaliadas por acionistas e conselheiros. Foi demonstrado que o problema não é pela falta de recursos, mas sim por problemas sistêmicos ou até mesmo por questões de retornos maiores a curto, médio e até mesmo a longo prazo. Como ressalta uma matéria do New York Times¹⁴ que identifica investimentos de 1.1 trilhões de dólares desde 2010 advindo de escritórios de Private Equity, e que apenas 12% desse montante foi investindo em fontes renováveis de energia, demonstrando uma vez mais a busca pela maximização de lucro.

Além disso, a própria ONU, ratifica a importância do capital financeiro – “climate finance, como a instituição utiliza”, para a melhora dos indicadores na busca por um planeta mais sustentável. Iniciativas como: financiamento ou investimento em plantas de fontes renováveis de energia (eólica, solar, entre outras, carros elétricos, cidades inteligentes, entre inúmeras outras iniciativas, são de vital importância para uma economia verde. Vale lembrar que, para ter um resultado mais efetivo, ou até mesmo um resultado, é necessário que os interesses dos grupos de capital financeiro assim como de seus investidores estejam alinhados com os com as metas climáticas.

Dito isso, recentemente, foi liberado uma prévia sobre a COP 27, que irá acontecer no Egito entre os dias 6 e 18 de novembro de 2022. Dentre as principais notícias destacam-se a importância do artigo 6 do Acordo de Paris, no qual os países signatários serão reesponsáveis por entregar um plano concreto com os principais indicadores e serem seguidos e mensurados além, é claro, das ferramentas utilizadas em parceria com o setor privado.

¹² International Energy Agency (2020), *World Energy Outlook 2020*, Paris

¹³ <https://www.gfanzero.com/about/>

¹⁴ <https://www.nytimes.com/2021/10/13/climate/private-equity-funds-oil-gas-fossil-fuels.html>

Além disso, se espera que na COP 27, decisões sejam tomadas e, que os países desenvolvidos apresentem, na prática, o que estão fazendo para combater as mudanças climáticas, em específico a mitigação de gases de efeito estufa. Outro ponto importante da conferência de 2022, será a apresentação do esforço em conjunto os quais, os países desenvolvidos irão fazer, para que os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos também possam fazer parte da solução. Basicamente, cobrando o que já foi dito no acordo de Paris.

Aqui, vale ressaltar que a dinâmica com países em vulnerabilidade é um pouco mais complexa como mostra a notícia do Inter Press Service que mostra um levantamento feito pela Oxfam que o real valor investido dos países desenvolvidos para países em desenvolvimento foi de aproximadamente US\$24 milhões de dólares e não, US\$ 68,3 milhões de dólares, como foi reportado. Apontando para uma superestimação de aprox. 225%.¹⁵ O que, independente do valor apresentado ainda sim é mais baixo que o US\$ 100 milhões de dólares anuais previstos no acordo de Paris.

Assim como a COP 26, a COP 27 será de extrema importância para o combate das ações climáticas e de gases de efeito estufa, principalmente por, desde agora, ser uma conferência que está saindo do mundo do planejamento e está começando a cobrar por ações. Fica claro que as discussões a nível internacional estão sedentas por execução. Chega a hora de fazer mais do que simplesmente falar.

Pode parecer uma visão um tanto quanto utópica, mas, é sabido por todos que as ferramentas e recursos para que as mudanças aconteçam e as ações sejam tomadas, já existem. A mudança estrutural que precisa acontecer é para que o capital financeiro deixe de ser uma ferramenta de lucros altíssimos para poucos e passe a servir a população geral sem qualquer tipo de discriminação. Existe um longo caminho pela frente e o momento agora é de partir para ação.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E. D. (2002). A polêmica Malthus versus. <http://sociales.cchs.csic.es/jperez/pags/Teorias/Textos/Diniz2002.pdf>
- AP News, The Latest UK sets net zero, disponível em: <https://apnews.com/article/climate-science-business-africa-europe-4e76f893a25efa24afa3d9df842cad15> Acesso em: 07 dez. de 2021.
- RICTHIE, Hannah CO₂ and Greenhouse Gas Emissions, Our World in data, disponível em <https://ourworldindata.org/co2-emissions> - Acesso em: 07 dez. de 2021.
- SCHONHARDT, Sara, US Agrees to End Fossil fuel Financing Abroad, 2021, disponível em <https://www.scientificamerican.com/article/u-s-agrees-to-end-fossil-fuel-financing-abroad/> Acesso em: 07 dez. de 2021.
- THE CONTRIBUTION OF FINANCE to combating climate change, disponível em <https://www.ecb.europa.eu/press/key/date/2021/html/ecb.sp211012~bfe7738d35.en.html> Acesso em: 18 de out de 2022.
- <https://www.neoenergia.com/pt-br/te-interessa/meio-ambiente/Paginas/cop-27.aspx> Acesso em: 24/10/2022.
- <https://www.ipsnews.net/2022/10/developing-countries-battle-climate-change-wealthy-make-frozen-pledges-will-cop27-usher-new-era/>
- UNEP: Current climate commitments are ‘weak promises, not yet delivered’ - Carbon Brief disponível em <https://www.carbonbrief.org/unep-current-climate-commitments-are-weak-promises-not-yet-delivered> Acesso em: 07 dez. de 2021.
- UNFCCC.INT, Protocolo Quioto 2021, disponível em <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-kyoto-protocol/what-is-the-kyoto-protocol/kyoto-protocol-targets-for-the-first-commitment-period> Acesso em: 7 dez. de 2021.

¹⁵ https://ipsnoticias.net/2022/10/los-paises-ricos-enganan-sobre-la-financiacion-climatica/#utm_source=email_marketing&utm_admin=146128&utm_medium=email&utm_campaign=Energia_solar_la_solucin_para_comunidades aisladas_en_Argentina_Brasil_mantiene_mujeres_con_baja_repr

UNFCCC.INT. Why finance climate action? Finanças Climáticas e negociações, disponível em <https://unfccc.int/topics/climate-finance/the-big-picture/climate-finance-in-the-negotiations>, disponível em <https://www.un.org/en/climatechange/why-finance-climate-action> Acesso em: 18 de out de 2022.

WHAT IS A COP? – UM Climate Change Conference (Cop26) at the Sec- Glasgow 2021, disponível em: <https://ukcop26.org/uk-presidency/what-is-a-cop/> Acesso em: 7 dez. de 2021.